

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE
FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS
ANO 2019**

Data	29/05/2019 Horário: 9h.
Local	SEPOG
Participantes	<p><u>Bancada do Governo:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Júlio Fernandes Santos b) Eduardo Sérgio Carlos Castelo c) Laura Jucá Araújo</p>
	<p><u>Bancada dos Servidores:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Rachide Cássio Alencar Silva b) Haroldo Jorge de Bittencourt Vieira c) Marta Cristina Jucá Policarpo</p> <p>Suplentes:</p> <p>d) Ana Lúcia Oliveira Viana e) Rachel Figueiredo Martins f) Daniel Martins Timbó</p>
	<p><u>Secretária Executiva da Mesa:</u></p> <p>a) Fabíola Farias Vasconcelos</p>
	<p><u>Representantes da SEPOG:</u></p> <p>a) Philipe Theophilo Nottingham b) Homero Fiuza c) Samarkandra Alencar</p>

Pauta da Reunião

- Lei Complementar nº 190;
- Correção na implantação do PCCS quanto ao ITA;
- Insalubridade;
- GEFAE no 13º salário;
- Uso do táxi na fiscalização.

Ata da Reunião

1. O Superintendente da AGEFIS, Júlio Santos, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e ressaltando a conquista da alteração da Lei Complementar nº 190, em breve a ser votada na Câmara Municipal de Fortaleza, e pediu apoio para quando a proposta entrar em votação na casa legislativa.
2. O Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Philipe Nottingham, reforçou que a nova Lei nº 190 é um grande avanço e que o prefeito Roberto Cláudio está considerando que esse é o passo para a verdadeira e definitiva consolidação da Agefis. Ressaltou que há dois pontos na Lei que podem suscitar debate na CMF: a) O aumento no número de cargos comissionados; e b) A mudança no percentual de arrecadação das multas.
3. Dando continuidade, a Sra. Marta Jucá, da Bancada dos Servidores, afirmou que a pauta nº 1 da AFIM é reabrir a discussão sobre a implantação do PCCS quanto ao cálculo do ITA e da insalubridade. O Dr. Philipe Nottingham afirmou que esta não é a hora para tratar desse assunto, tendo em vista o reajuste recente no salário dos servidores municipais, de 3,71%. O Secretário esclareceu que ficou acordado em reunião da Mesa Central de negociações que se daria o reajuste e se suspenderia toda e qualquer discussão paralela com impacto financeiro para o município até a estabilização da economia no país.
4. O Sr. Haroldo Vieira, da Bancada dos Servidores, lembrou que a ideia principal da criação do PCCS era acabar com as distorções, e o que se criou foi uma “aberração”, uma categoria dividida entre quem recebe ITA maior e quem recebe ITA menor. Diante da declaração, o Dr. Philipe Nottingham afirmou que, quando da negociação do PCCS, ficou decidido muito claramente que o aumento do VB e a incrementação da GEFAE eram os únicos ganhos reais que a categoria teria. Afirmou o Secretário que essa pode até não ser a forma mais justa, mas foi o que foi claramente definido na época das negociações, com a anuência de todos os membros da Mesa Setorial. Reforçou que não é contra a discussão dessa pauta, só não é o momento.
5. Seguindo adiante com as pautas, o Sr. Haroldo Vieira, da Bancada dos Servidores, levantou a questão do prazo de 36 meses para incorporação do incremento da GEFAE por parte dos servidores para fins de aposentadoria. Afirmou que se trata de um prazo injusto, tendo em vista que o incremento da GEFAE foi parcelado pelo Prefeito. O Dr. Philipe Nottingham explicou que o prazo de 36 meses não foi determinado pelo município de Fortaleza, e sim pela Lei Federal da Previdência.
6. Sobre a pauta da insalubridade, a Sra. Marta Jucá, da Bancada dos Servidores, afirmou que esta foi considerada com verba fixa pelo PCCS e está se falando atualmente em rever e retirar a insalubridade dos fiscais. Questionou, então, como ficará a situação da categoria. O Dr. Philipe Nottingham esclareceu que a SEPOG está fazendo uma análise de cada caso, órgão por órgão, para adequação às determinações da lei. A implantação será automática de acordo com a atividade exercida pelo servidor. A Sra. Marta Jucá e a Sra. Ana Lúcia Viana, da Bancada dos Servidores, ressaltaram a importância de se analisar com cautela as atividades da Agefis que são insalubres, além da Vigilância Sanitária, como resíduos sólidos e fiscalização em parceria com a Cagece, entre outras.
7. Dr. Philipe Nottingham reforçou que tudo será feito de acordo com a lei. Tanto para quem recebe a insalubridade indevidamente e deve deixar de receber, quanto para quem deveria receber e não está recebendo. Será feito um laudo por parte de uma

empresa privada especializada, contratada especificamente para esse fim. O perito deverá analisar a atividade em campo exercida pelo fiscal.

8. Seguindo adiante com as pautas, a Sra. Marta Jucá questionou acerca do cálculo do 13º salário sobre a GEFAE quanto ao ano de 2018. A Lei, segundo afirma, diz que o cálculo deve ser feito sobre o mês de dezembro, porém o 13º foi pago sobre a média. O Dr. Philippe Nottingham afirmou que o Estatuto do Servidor é claro quando diz que verba variável será calculada sobre a média dos últimos 12 meses para fins de 13º salário, por isso foi pago dessa forma. A GEFAE é verba variável, uma vez que se trata de produtividade.
9. A Sra. Marta Jucá trouxe ainda outra pauta, apresentando ao Secretário Philippe Nottingham um ofício em que solicita a alteração do cálculo feito sobre o mês base “maio” para um grupo de 2 a 3 fiscais que estavam de licença não remunerada neste mês e foram prejudicados. Dr. Philippe Nottingham explicou que, para fazer essa alteração, teria que se mexer na lei. Lembrou que todos esses casos foram pensados e se calculou o corte de modo a prejudicar o mínimo de pessoas possíveis. Essa discussão aconteceu durante a negociação do PCCS entre a SEPOG, a Agefis e a AFIM.
10. A Sra. Marta Jucá trouxe novamente o apelo para o problema da fiscalização com táxis. Os problemas principais, segundo afirmou, são segurança e demora na chegada dos carros. A proposta da fiscalização é que o motorista fique à disposição da equipe durante todo o turno.
11. O Superintendente Júlio Santos afirmou que foi feito um estudo e o prazo médio de demora dos táxis é de cerca de 30 a 45 minutos. O Superintendente concorda que o prazo é elevado e inaceitável. A forma de trabalho da Capital Táxi é por fila, e não por proximidade, por isso a demora na chegada dos veículos. O Superintendente afirmou que deve-se tentar negociar com a empresa ao menos um período de espera no local da fiscalização por parte dos motoristas dos táxis. O procurador Jurídico da Agefis Eduardo Castelo sugeriu a possibilidade da aplicação de uma multa contratual para os casos de atrasos superiores a 10 ou 15 minutos. Dr. Philippe Nottingham afirmou que o problema será resolvido, porém não serão retirados os táxis. Pelo contrário: a tendência futura é que o município tenha cada vez menos veículos próprios.

Encaminhamentos

- Próxima Reunião Ordinária da Mesa: Setembro de 2019.